

Espaços e Paisagens

*Antiguidade Clássica
e Heranças Contemporâneas*

Vol. III

**Francisco Oliveira, Jorge Oliveira
e Manuel Patrício**

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

ANNABLUME

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE DIVINDADES E ESPAÇOS SAGRADOS, DE PERÍODO ROMANO, NA REGIÃO EBORENSE

AMÍLCAR GUERRA
Universidade de Lisboa
Departamento de História da Faculdade Letras
Centro de Arqueologia (UNIARQ)

Abstract

The Roman conquest of Iberia and the subsequent period reveal, in an exemplary way, the dichotomy between continuity and change. In the context of Lusitania the changes occurring in the rural sanctuaries assume a particular significance. The most remarkable records on the subject in the Eborac Liberalitas Iulia territory will be examined: the temple of Santana do Campo (Arraiolos) and its god Carneus Calanticensis, as well as the example of Endovellicus and the famous area of his shrine, at S. Miguel da Mota (Terena, Alandroal). They are undoubtedly two examples that illustrate the complexity of the Romanization process. This paper aims to clarify some aspects of this process concerning those particular deities and their worship.

Keywords: Carneus Calanticensis, Eborac, Endovéllico, Lusitania, Roman shrines.

Palavras-chave: Carneus Calanticensis, Eborac, Endovellicus, Lusitânia, santuários romanos.

1.

A ideia de progresso que se generalizou no nosso tempo associa-o com frequência a acções humanas que acarretam uma forte transformação na paisagem. O lançamento de grandes obras públicas revela-se, no entanto, apenas uma das faces mais visíveis das alterações que marcam as últimas décadas. De forma mais ampla, quase todos os espaços habitados reflectem, de modo mais ou menos evidente, as consequências que decorrem de uma extraordinária capacidade que o homem moderno detém para produzir significativas alterações do meio em que vive.

O desenvolvimento tecnológico e o considerável aumento da capacidade económica que caracterizaram o último meio século não deixam dúvidas sobre as consequências, durante este período, de um processo cada vez mais rápido e eficaz de modificação das paisagens urbanas e rurais do nosso tempo. Mesmo que não se esqueça o legado patrimonial do passado e se conduzam alguns programas para o salvaguardarem, o engenho e os recursos são especialmente orientados para a renovação, ampliação e, acima de tudo, construção ex novo de estruturas destinadas a satisfazer novas necessidades do homem ou apenas para dar cumprimento a certas ideias discutíveis de progresso.

Quando se aprecia este incremento da capacidade construtiva, a qual assume paralelamente uma faceta destruidora, é inevitável estabelecer algum paralelo com as transformações que marcaram o processo de romanização. Nesta área, como de uma maneira geral em todo o Ocidente europeu, a

integração do território na esfera romana encontra-se estreitamente ligada a um leque de transformações com evidentes reflexos nas cidades e nos campos. Em boa parte deste *finis terrarum* a presença itálica teve como consequência uma intensa actividade edilícia que alterou profundamente a fisionomia dos aglomerados populacionais, criando, pela primeira vez na maioria dos casos, realidades verdadeiramente urbanas, bem como novas e mais eficientes vias de comunicação.

Os espaços citadinos ganhavam uma fisionomia tipicamente romana, nos quais a mais evidente transformação consistia num urbanismo característico, organizado em torno de um espaço característico, o *forum*, concebido como centro da via pública nas suas vertentes política, jurídica, religiosa, social e económica. Mas esta constitui apenas a vertente mais conhecida desse processo que se materializou em muitas outras obras, tanto de natureza pública como privada, geralmente levantadas em função da riqueza que os seus cidadãos iam acumulando. Menos conhecidas, mas igualmente relevantes eram certamente as habitações particulares, que reflectiam a prosperidade e ao mesmo tempo o desejo de ostentação que cada família possuía.

Este desenvolvimento de estruturas urbanas, marcas da romanidade, eram indissociáveis de programas escultóricos, que nesta área atingiram uma dimensão e importância sem igual. No caso concreto de *Ebora Liberalitas Iulia*, apesar de escassamente documentado, o acervo dos materiais decorativos do conjunto forense permite entrever o que seria a sua riqueza e diversidade¹.

Ao mesmo tempo o espaço rural sentiu de forma igualmente marcante as consequências do progresso tecnológico com essa mesma origem itálica, reflectido em algumas realidades concretas bem conhecidas: por um lado, implanta-se uma rede de comunicações que rompe com a tradição, impondo padrões mais evoluídos e aptos ao contacto entre as estruturas urbanas progressivamente criadas; por outro lado desenvolvem-se igualmente novas formas de aproveitamento do potencial agrícola, com uma maior capacidade de construir estruturas necessárias a uma mais eficiente exploração dos recursos; para além disso criam-se as condições para transformar esses espaços rurais em lugar de descanso e de prazer para os seus proprietários, edificando-se residências que muitas vezes superam em monumentalidade e conforto as correspondentes realidades urbanas.

Ao falar de vias romanas da área eborense é inevitável uma referência à ligação terrestre entre *Olisipo* e *Augusta Emerita* que, segundo o bem informado Itinerário de Antonino, passava precisamente pela cidade de Ebora, dirigindo-se depois para NE, como o atestam os marcos que assinalavam as distâncias miliárias.

Referindo-se as propriedades agrícolas dessa mesma região, impõe-se uma alusão à *villa* da Tourega, uma propriedade agrícola ligada a uma importante família que tinha o privilégio de possuir entre os seus membros algumas

¹ T. Nogales, L. J. Gonçalves 2005 34-35.

figuras que integravam a ordem senatorial, como o atesta a inscrição IRCP 382, facto de extraordinária relevância no contexto da Lusitânia².

Mais do que em outras épocas, o período que se segue à conquista romana, com especial relevo para o principado de Augusto, patenteia uma ruptura com o período precedente. Ainda que, pela sua dimensão, as alterações em fase recente provoquem maior impacto ecológico, as incidências do processo de romanização representam um corte muito mais acentuado com a tradição pré-romana, não apenas na vertente cultural, mas igualmente em todos os restantes domínios.

2.

Essa capacidade de intervir e modificar o território, tão evidente no período romano, é a faceta material associada a um conjunto de alterações culturais igualmente significativas. É impensável dissociar a criação de *Ebora*, com o seu *forum* e o seu notável templo, de outras transformações, entre elas a utilização sistemática do latim nesses espaços urbanos.

Quando se analisa genericamente a região eborense e as peculiaridades do processo de transformação do território, não pode esquecer-se a circunstância de a cidade vir referida em Plínio como um *oppidum veteris Latii*³. Quaisquer que sejam as consequências jurídicas desta atribuição – e muito se tem discutido a este respeito –, está fora de causa que a cidade detinha um estatuto de privilégio em relação à maioria das 45 entidades da Lusitânia do início do principado integradas na categoria dos *oppida stipendiaria*. O mesmo estatuto, recorde-se, se atribui, nessa lista, a *Salacia* e *Myrtilis*, duas cidades cuja importância estratégica é evidente.

Esta integração é compatível com a ideia de que o processo de romanização se desenvolveu a diferentes ritmos, situando-se a cidade na área que mais rapidamente se adapta às novas realidades, de feição itálica.

De qualquer modo, quando olhamos globalmente para o território provincial, sobressai a ideia de que a região eborense se situa numa área de transição. No plano geográfico, a informação de Ptolomeu aponta, para o espaço meridional da província, duas entidades – Turdetanos e Célticos – acima das quais se explana a região dos lusitanos, onde *Ebora* se inclui. Esta aceção geográfica do étnico, típica de uma fase imperial, corresponde à que se tornou mais comum no contexto da historiografia moderna. Nestas populações lusitanas situadas entre Tejo e Douro se reconhece em geral um conservadorismo mais acentuado e, em consequência, o seu território proporciona mais ampla documentação sobre as realidades culturais das entidades pré-romanas.

Não se sabe quanto tempo tarda a generalização da língua de Roma nessa região ou o total apagamento dos falares locais. De qualquer modo, a circunstância de contarmos hoje apenas com magros vestígios da realidade

² Curchin 1991 133.

³ Plin. *Nat.* 4.117.

linguística pré-romana, transmitidos essencialmente através da documentação epigráfica, constitui um facto já de si esclarecedor.

Numa região em que o processo de conquista se conclui pouco depois de meados do séc. II a. C., as alterações políticas e as mudanças culturais eram já consideráveis nos inícios do principado, momento em que a produção epigráfica começa a ganhar uma outra dimensão. Por essa razão se constata que, por via da regra, as línguas locais já não se mantêm como veículo de comunicação, mas apenas se manifestam de forma residual, em circunstâncias muito particulares. É mais habitual a sua conservação nas diferentes vertentes da onomástica hispânica, inevitavelmente mantida, por exemplo, na toponímia, sem dúvida um dos domínios mais conservadores. Mesmo a própria cidade que se afirma como o centro político desta área, a que inclusivamente se atribui uma fundação romana, possui um a componente toponímica inequivocamente local.

Por outro lado, o conjunto da onomástica pessoal assume-se, sem dúvida, como o âmbito em que se conservam mais elementos linguísticos pré-romanos, apresentando uma distribuição sintomática. Nela se manifesta, de forma clara, a dicotomia entre a cidade e o espaço rural no que concerne à perduração das tradições locais de designação dos indivíduos. Enquanto o centro urbano revela uma sociedade onde o nome das pessoas patenteia a sua integração social e cultural no mundo romano, o território envolvente fornece ainda abundantes exemplos de pessoas que, para além de manifestarem a sua condição de *peregrini*, denunciam o seu profundo apego a tradições onomásticas que a cultura latina não obliterou⁴.

No que concerne, todavia, à perduração das línguas hispânicas a par do latim, não pode esquecer-se que um recente documento dado a conhecer neste mesmo volume vem contribuir com alguns dados sugestivos para uma abordagem mais fundamentada desta questão. O aparecimento em Arronches de mais uma das raras inscrições em língua lusitana (A. Carneiro et alii 2008), achado que constitui o mais meridional dos vestígios deste género, sublinha o facto de no início do período imperial ainda não estarem completamente esquecidos os falares dessa região. Como este notável monumento epigráfico atesta, persistem ainda, em contextos rituais específicos onde a tradição se mantém por via da regra durante mais tempo, o uso da língua local.

3.

Subsistem, enfim, mas já em número bastante mais reduzido, os apelativos das antigas divindades desta área da Lusitânia, assunto que será objecto de uma análise mais circunstanciada.

Pelo que se conhece, o quadro linguístico do Ocidente hispânico no início do império apresenta, de uma maneira geral, uma considerável coerência, permitindo sustentar a existência de afinidades culturais entre esta parte do

⁴ Ver, por exemplo, as inscrições IRCP 416 (Igrejinha, Arraiolos), IRCP 420 (Vidigão, Arraiolos), IRCP 428 (N.^a St.^a do Bispo, Montemor-o-Novo), alguns dos mais notórios casos desta perduração da antroponímia hispânica no território eborense.

território a sul do Tejo e o extremo noroeste da Península Ibérica. A distribuição do sufixo *-aico*, um dos elementos de derivação mais característicos do ocidente hispânico, põe em evidência precisamente essas afinidades que se estendem até à área ásture e galaica, prolongando-se para sul por uma faixa que se projecta para o interior da província, vindo terminar por alturas do vale do Guadiana, abarcando, por isso, uma região que corresponde actualmente a uma boa parte da Beira Baixa, do Alto Alentejo e da Estremadura espanhola.

Não é surpreendente que uma mancha distribucional idêntica se possa encontrar no caso das atestações do teónimo *Bandue / Bandi* e afins. Embora se lide com um elemento de natureza distinta, faz sentido esta correspondência, que repercute as afinidades culturais de um conjunto amplo de populações do ocidente peninsular. E numa outra formulação, poder-se-ia dizer que a distribuição das peculiaridades enunciadas se situa a norte de uma linha que passa precisamente por *Ebora*.

Faz sentido, por isso, dizer que o território eborense constitui uma área onde convivem com especial evidência as duas culturas em confronto no processo romanizador: a das populações exógenas, de matriz itálica, e a que marca a tradição local. Trata-se, por isso, também na esfera religiosa, de uma área de transição entre duas realidades muito diferenciadas.

No que concerne a este domínio das divindades e seus cultos, dois casos concretos ilustram exemplarmente esta situação e permitem ao mesmo tempo analisar a complexidade do fenómeno religioso no percurso evolutivo das sociedades hispânicas. De um lado tecer-se-ão algumas considerações a respeito do templo existente na localidade de Santana do Campo e da divindade que aí se cultuaria, *Carneus Calanticensis*; do outro chamar-se-á mais uma vez à colação o caso bem conhecido, mas nem por isso menos problemático, de Endovélico.

Nos seus traços gerais apresentam um conjunto de características comuns. Une-os desde logo a sua condição de santuários “rurais”, termo que aqui pretende exprimir apenas a ideia de corresponderem a divindades cujos espaços sagrados se encontram fora dos centros urbanos. Em ambos os casos o culto anda associado a divindades tópicas, aspecto que se exprime pela sua identificação através de um adjectivo derivado do nome do lugar a que estas se encontram vinculadas. Por fim, cada um dos deuses se liga aparentemente a um único sítio, no qual subsistem vestígios mais ou menos evidentes de estruturas com alguma monumentalidade, a marcar esse espaço sagrado.

3.1.

Há de uma forma geral consenso em aceitar que a estrutura identificada em Santana do Campo corresponde a um antigo templo romano, componente fundamental de um santuário de uma divindade conhecida através da epigrafia dessa área. A informação mais consistente a este respeito decorre de duas inscrições que e encontravam em tempos nas paredes da igreja dessa localidade (IRCP 410 e 411), actualmente perdidas, mas cujas transcrições se consideram fiáveis, em que se gravou o seu nome por extenso, sob a invocação

Carneo Calanticensi. Num outro monumento atribuído a esta mesma entidade ocorre apenas uma abreviatura, pouco explícita, cujo desenvolvimento radica unicamente nos dados desta epígrafe. A proximidade geográfica dos achados e a ausência de alternativas mais credíveis acabaram por dar consistência a esta interpretação tradicional⁵.

Há todavia algumas questões que se colocam a respeito das estruturas identificadas. Como o estudo de Th. Schattner pôs em evidência, o complexo de construções em causa, inequivocamente de período romano imperial, patenteia um conjunto de características pouco comuns no âmbito da arquitectura religiosa romana e hispânica deste período. Constata-se, talvez de uma forma algo surpreendente, que os paralelos para este templo se encontram especialmente no Norte de África⁶.

Estas afinidades estruturais não encontram uma explicação evidente. É claro que todo o espaço sob domínio romano, mesmo algumas regiões periféricas, como poderia ser o caso, partilham elementos culturais. E, nesta circunstância concreta, em que a proximidade geográfica é evidente, mais ainda se poderiam justificar eventuais influências. A circulação de pessoas com as mais diversas profissões e origens num território global pode, por si só, justificar esta ocorrência aparentemente estranha e que se assume, pelo menos de momento, como um caso único.

Mas, paralelamente, suscita-se uma outra possibilidade interpretativa ao sugerir-se que as afinidades com exemplos norte-africanos poderiam remontar a uma fase mais precoce, isto é, a um momento anterior à conquista romana. Entrever-se-ia, assim, a possibilidade de se dever a um influência púnica, explicável pelo domínio que Cartago teria exercido nesta região nos momentos que precederam a romanização.

Os elementos com que contamos para suportar esta conjectura são manifestamente ténues, em particular se nos reportarmos a esta área específica. Possuímos, todavia, informação mais consistente para as zonas litorais mais próximas, muito especialmente para a antiga *Salacia*, cidade a que, no entanto, tem sido atribuída uma situação geográfica excepcional, que acaba por ser uma justificação para presença de populações exógenas, em especial com origem africana. Não surpreendem, neste caso, as abundantes marcas de cultura semita que se prolongam até a um momento avançado da romanização⁷; nem a ocorrência entre as elites locais de algumas figuras com essa mesma origem, como é patente em alguns casos mais famosos. Alude-se, naturalmente, aos vários elementos da notável família dos *Cornelii Bocchi* (um dos quais explicitamente identificado como *Salaciensis*), que se afirmam

⁵ Nestes casos o teónimo transcreve-se como C. C. e regista-se numa epígrafe que se atribuiu a S. Justa de Arraiolos (J. d'Encarnação 1984 491) ou, segundo uma recente proposta (V. G. Mantas 2008 4-6), a S. Justa do Couço, Coruche.

⁶ Th. Schattner 1995-97 508-512.

⁷ C. T. da Silva et alii 1980-81.

como figuras públicas de grande prestígio, não apenas no âmbito da sua *civitas*, mas sobretudo na esfera política provincial.

Todavia, torna-se difícil avaliar o impacto regional que a presença de populações forâneas teve nas áreas mais interiores, em ambientes rurais, no período que se segue à conquista romana. Aí os elementos são praticamente inexistentes, carência que infelizmente se apresenta como um lugar comum para esta fase da nossa História.

Não podem, no entanto, esquecer-se alguns factos transmitidos pelas fontes clássicas e correspondentes ao início do período de conquista desta região, em que se reflectem aspectos do domínio púnico. O primeiro diz respeito à organização militar cartaginesa em determinado momento do seu conflito com Roma, situável no ano 210 a. C., a qual, nas palavras de Políbio (10.7.4), estava dividida em três frentes, da seguinte forma: de uma delas “/.../ se encarregava Magão, nesta parte das colunas de Hércules, entre os que eram chamados Cónios; a outra, sob o comando de Asdrúbal, filho de Giscão, encontrava-se na Lusitânia e na foz do Tejo; e o segundo Asdrúbal sitiava uma cidade dos Carpetanos /.../”.

Esta associação dos interesses púnicos com os lusitanos decorre igualmente das informações relativas aos conflitos que opõem estes últimos aos romanos e transparecem, de forma mais evidente, na identificação do primeiro chefe militar dos Lusitanos, sugestivamente designado como “Púnico”, certamente mais em consequência da sua origem que devido ao seu nome pessoal. De resto, é fácil compreender quanto as duas principais forças de resistência à conquista romana no Ocidente teriam interesse em partilhar esforços contra um inimigo comum. Embora tratando-se de referências genéricas que se reportam a um território muito vasto e limitado a norte pelo vale do Tejo, reflectem, pelos menos, os interesses estratégicos de Cartago nesta região.

No que respeita à divindade e ao seu nome, integra-se no que habitualmente designamos por “teonímia lusitano-galaica”, que se distribuiu por uma área situada a norte da região de Évora e que se prolonga para o interior da província romana da Lusitânia. Pode dizer-se, genericamente, que este santuário se situa no limite meridional da área de distribuição das divindades assim classificadas.

No teónimo *Carneo Calanticensi* se identificam dois elementos distintos: o primeiro, que tenderíamos a chamar teónimo, acaba por ser uma atestação segura única, cuja etimologia chegou a ser sugestivamente relacionada com **karno* “monte de pedras”⁸, abundantemente representada nas línguas célticas; o segundo corresponde a um epíteto de evidentes características tópicas, uma vez que a terminação *-ensis* respeita a uma formação latina de derivados toponímicos. Por esse facto se toma como relativamente seguro que o nome de lugar em que se encontra a actual Santana do Campo seria, na antiguidade, **Calantica*. Esta forma, por sua vez, é igualmente um derivado em que se

⁸ C. Búa 2000 110; B. Prósper 2002 174.

usa um dos mais vulgares sufixos, que tanto pode ser de origem latina como pertencer a uma língua local,

Na sua designação e mesmo na sua estrutura, *Carneus Calanticensis* remete claramente para a realidade pré-romana, mas desconhecemos as suas características. O processo de transformação cultural desenvolvido após a conquista romana está patente, neste caso, no desenvolvimento de uma estrutura de consideráveis dimensões e de certa monumentalidade. Apesar de o estudo das religiões hispânicas ter uma ampla tradição, raramente se teve a possibilidade de associar uma entidade divina a um conjunto de construções relativas ao seu culto⁹.

Parece evidente o contraste com o que se passa, por exemplo — e para falar de um caso concreto em que se conhecem alguns aspectos da organização do espaço sagrado —, com o monumento a *Lari Berobreo* (Monte do Facho, Cangas de Morrazo, Pontevedra), recentemente escavado¹⁰. Aparentemente não há verdadeiras estruturas e muito menos algo que se pareça com um templo, sendo a natureza do lugar, o topo de uma montanha com um extenso domínio visual em boa parte virado para o oceano Atlântico, o que o diferencia. Mas percebe-se igualmente que a sua especificidade se encontra na progressiva acumulação, no sítio, de ex-votos constituídos por aras de granito geralmente alongadas e com uma base muito diferente do habitual. Em vez de uma superfície plana, esta desenvolve uma parte terminal afilada, destinada a facilitar a sua fixação no solo, para o que se deveria abrir um pequena fossa. A configuração da área sacra consistia, deste modo, num espaço aberto no qual se dispunha um conjunto de aras fixadas no solo, por vezes organizadas em pequenos “recintos”¹¹, algumas de altura considerável — de resto, deveria ser esta dimensão que tornava tais objectos sagrados assinaláveis.

Mesmo que se englobem estas duas entidades distintas sobre o amplo conceito de “divindades indígenas do Ocidente peninsular”, há substanciais diferenças entre elas, porque é igualmente muito contrastante o que separa as duas regiões no que respeita à sua assimilação numa cultura de matriz romana ou, mais genericamente, de fâcies mediterrâneo. E ainda que o templo revele afinidades estruturais com construções idênticas do Norte de África, toda a concepção do espaço sacro revela marcas culturais exógenas, em resultado da inserção desta área numa esfera cultural globalizada, consequência da sua inserção no domínio romano.

3.2.

Outro caso paradigmático no estudo regional das divindades “lusitano-romanas” (na sua estrutura este termo acaba por exprimir a duplicidade que

⁹ São raros os templos em contexto rural da Lusitânia. Para além dos que se tratam aqui, merece uma referência o de Orjais, Covilhã, para o qual se sugeriu uma ligação com a divindade tópica invocada sob a forma *Bandue Brialeacui* (Carvalho 2003 166; 2007 325-332, esp. p. 332).

¹⁰ Th. Schattner, J. Suárez Otero, M. Koch 2004 e 2006.

¹¹ Th. Schattner, J. Suárez Otero, M. Koch 2004 e 2006 183-184.

inevitavelmente marca todo este mundo e por manter uma ambiguidade que pode ser vantajosa) corresponde a Endovélico, a entidade cultuada num santuário situado na colina de S. Miguel da Mota (Terena, Alandroal). Este apresenta-se habitualmente como o mais notável dos cultos pré-romanos e essa notoriedade deriva essencialmente da riqueza e abundâncias dos vestígios materiais que foram identificados nesse lugar e que constituem um importante repertório de dados para o seu estudo¹². No essencial, esta documentação é constituída por um conjunto notável de escultura e epigrafia, uma vez que os outros elementos relativos à caracterização arqueológica deste espaço sagrado se revelam ainda extremamente limitados na informação que contêm¹³.

Endovélico detém, por esse facto, o estatuto de divindade pré-romana mais bem documentada, o que a converteu numa espécie de paradigma desse âmbito religioso. Não pode esquecer-se, todavia, que este caso é manifestamente excepcional, não apenas no que respeita à dimensão dos vestígios que patenteia, mas acima de tudo no que concerne à própria natureza do culto e ao seu “grau de romanização”. Por essa razão, quando se procura a terminologia para definir o deus, apresenta-se com mais evidente a solução que adopta José Cardim Ribeiro, ao colocar o qualificativo “indígena” entre aspas, uma vez que, se procurarmos inventariar os elementos que permitiram atribuir-lhe essa classificação, neste momento nada mais no resta que o próprio nome da divindade¹⁴.

Como procurei sublinhar recentemente¹⁵, o único elemento de que dispomos, de momento, para definir a sua especificidade e o caracterizar como divindade hispânica, é essencialmente o lugar do seu santuário com as suas eventuais peculiaridades. Quanto ao resto, como já sublinhou J. Cardim Ribeiro (2002 80), revela-se aqui um deus com “um cunho perfeitamente ‘clássico’, de feição plenamente romana”.

A questão onomástica constitui, de facto, a grande base em que sempre assentou a ideia de uma divindade cuja origem radicava no mundo pré-romano, continuando naturalmente a ser objecto de culto após a conquista romana. O seu santuário ter-se-ia tornado progressivamente mais famoso e, em consequência, teria ganhado uma dimensão extraordinária, manifestada na riqueza e abundância dos restos materiais. Toda a tradição e mesmo a investigação conduzida no séc. XX sublinham o enraizamento deste culto numa fase anterior ao domínio romano, uma vez que o nome da divindade

¹² Para a escultura, v. V. de Souza 1990 33-38; J. L. R. Gonçalves 2007 203 ss; para a epigrafia, v. J. d’Encarnação 1984 561-629; J. M. Garcia 1991 310-329; Guerra et alii 2003 457-461; para o conjunto, constitui um contributo importante a documentação apresentada por J. Cardim Ribeiro no catálogo da exposição *Religiões da Lusitânia: Loquuntur saxa*, pp. 379-400.

¹³ A. Guerra et alii 2002 470-471.

¹⁴ J. C. Ribeiro 2002 79-81.

¹⁵ A. Guerra 2008.

apresentaria, para uma boa parte dos eruditos, um significado que ajudaria a definir a sua natureza.

A aproximação do teónimo com as línguas célticas revelou-se como uma das opções tradicionalmente mais seguidas, em especial a ideia consagrada com a obra Vasconcelos, de que o o teónimo se poderia traduzir como “muito bom”¹⁶, definindo em boa parte as características benfazejas da divindade. No entanto, as últimas considerações etimológicas de Carlos Búa (2000 72-73) Cardim Ribeiro (2002 88) e Blanca Prósper (2002 351-352) recuperaram a mais antiga proposta conhecida e, ao que parece, a mais acertada, sugerida por André de Resende (1593 236), segundo a qual o nome corresponde a um derivado toponímico. Neste caso, o significado do nome seria pouco relevante para a caracterização do deus, uma vez que corresponderia simplesmente a uma designação que apenas o associava a um lugar específico, cujo significado seria independente das qualidades da entidade divina que lhe estava associada.

Nestas circunstâncias, a própria existência de um culto anterior ao período romano é questionável e os dados arqueológicos parecem mais favoráveis a esta possibilidade que à contrária. Considero, naturalmente, que são fundadas as dúvidas expressas a respeito de eventual relação entre do lugar da Rocha da Mina e o culto de Endovélico numa fase anterior ao séc. I d. C.¹⁷. Ao mesmo tempo, esta última cronologia apresenta-se como a única que até ao momento poderá ser atribuída às primeiras manifestações cultuais no cabeço de S. Miguel da Mota¹⁸. Por isso mesmo cheguei a sugerir que deveria aceitar-se seriamente a possibilidade de só nesta fase se iniciar a actividade do santuário, gerada em ambiente cultural já tipicamente romano, mas com o cunho peculiar que lhe poderia conferir a própria natureza do sítio e as circunstâncias históricas em que ele nasce e se desenvolve.

Endovélico apresenta, como característica peculiar, uma valência oracular, já referida por Freret, no século XVIII, retomada e desenvolvida por J. Leite de Vasconcelos (1905 142-143). Se tivermos em conta que a região de Mérida se converteu numa das principais áreas de fixação militares no período augustano e a cidade constituiu o maior pólo de atracção de populações exógenas na Lusitânia, facilmente poderemos imaginar que esta zona reúne condições especiais para a implantação e difusão de realidades específicas como os oráculos, tão frequentes na tradição helenística e já com ampla aceitação e longa história no contexto romano. Embora desconheçamos a natureza da religião pré-romana, não é surpreendente que estas singularidades

¹⁶ J. L. de Vasconcelos 1905 124-125; Cfr. S. Lambrino 1951 94.

¹⁷ Não nos reportamos aqui apenas aos resultados correspondentes à primeira campanha, que esta publicação sintetiza, mas remetemos igualmente para as conclusões que se têm apresentado nos sucessivos relatórios de escavação respeitantes às campanhas subsequentes. No amplo mobiliário arqueológico já identificado não subsiste nada que possa remeter para uma fase anterior a essa data, a não ser alguns vestígios materiais calcolíticos, evidentemente sem qualquer relação com a natureza do sítio no período romano. Cf. J. C. Ribeiro 2002 79-80, para a controvérsia.

¹⁸ Guerra et alii 2002 430-433.

do santuário, responsáveis ao fim ao cabo pela sua fama, tenham essa marca de “orientalismo”.

Parece igualmente claro que os qualificativos *praesentissimus* e *praestantissimus*, que Sexto Coceio Crátero Honorino, identificado como *equus romanus* (IRCP 492), atribui à divindade, se inserem precisamente num tradição que pouco tem de hispânico. Que eu saiba, em nenhuma outra circunstância se usam estes termos em âmbito peninsular, de resto relativamente raros também no contexto religioso de todo o mundo romano. Para além de um latiníssimo e original jogo de palavras, esta sequência não ocorre em casos idênticos. Registam-se, todavia, utilizações separadas dos dois adjectivos aplicados a teónimos variados, que a meu ver ajudam a compreender a inscrição referida.

Para a análise desta epígrafe e a explicitação do seu significado, deve ter-se em consideração a onomástica do dedicante, uma personagem da ordem equestre, o que o colocaria numa posição social de destaque. A estrutura da sua onomástica insere-se bem na tradição romana, mas o seu primeiro *cognomen*, *Craterus*, versão latina de um antropónimo grego, permite associá-lo ao mundo oriental. E embora esta ilação não seja em muitos casos vinculativa, uma vez que há outras razões pelas quais se pode receber um nome com esta proveniência, em particular nos casos de ligação com o mundo servil, no exemplo em análise essa atribuição de origem parece ser bastante provável.

Pode ser relevante compreender o contexto em que se usa esta terminologia, em boa verdade relativamente rara para designar os deuses. Embora Vasconcelos tenho afirmado que “todos estes epithetos se encontram com frequência”, limita-se a apontar algumas referências literárias latinas similares à expressão *praesentissimus* usada neste monumento e uma única inscrição, de Roma, em que este qualificativo se aplica ao *numen montis Tarpei*¹⁹. Mas, de facto, a epigrafia não patenteia assim tantos exemplos e, por isso, talvez seja interessante reanalisar paralelos para estas expressões.

Apresentam-se seguidamente dois quadros que sintetizam a informação pertinente à inscrições latinas onde comparece um destes termos:

QUADRO I. *praesentissimus*

Origem	Divindades	Personagens	Observações
Flordia (Sicilia)	<i>Aesculapio</i>	<i>Roscius Aelianus</i> <i>Salvius</i>	
Samisegetuza (Dacia)	<i>Core</i>	<i>M. Luceius Felix</i> <i>Hostilia Faustina</i>	<i>procurator Aug.</i>
Samisegetuza (Dacia)	<i>Apollini et Bono Puero</i>	<i>M. Aurelius Marcus</i>	<i>procurator Aug.</i>
Roma	?	<i>Aemiliana</i>	<i>aedem fecit</i>

¹⁹ J. L. de Vasconcelos 1905 141.

Roma	<i>Deae Virgini Caelestis Numini loci montis Tarpei</i>	<i>Flaviae Epichar[idi] Sextia Olympias Chrestina Dorcadus</i>	<i>sacerdotia (!)</i>
S. Miguel da Mota (Lusitania)	<i>Endovellico</i>	<i>Sex. Cocceius Craterus Honorinus</i>	<i>eques Romanus</i>
Aps (Gall. Narbon.)	<i>Deo Invicto</i>	<i>T. Lurius M[yr]jon</i>	
Corbridge (Britan.)	<i>numinis dei</i>	<i>Q. Calpurnius Concessinius</i>	<i>praef. equitum</i>
Khaznah (Palaest.)	<i>Mag. Sarapidem</i>	<i>Iulius Isidorianus</i>	<i>primus pilus</i>

QUADRO II. *praestantissimus*

Origem	Divindades	Personagens	Observações
Roma	<i>I. O. M. D(olicheno)</i>	<i>L. Tettius Hermes</i>	<i>eques Romanus</i>
Aquileia (Ven. Hist.)	<i>(numen) et Diana Aug.</i>	<i>M. Appius Helpidianus</i>	
Concordia Sagittaria (Venet. Hist.)	<i>I. O. P(raestantissimo?) M(aximo) Dolicheno</i>	<i>Val. Maximus</i>	<i>Cent. Leg. IIII Flav.</i>
Apulum (Dacia)	<i>Deo Apollini</i>	<i>Aur. Vitalis</i>	
Ptuj (Pannonia Sup.)	<i>D(eo) S(oli) Invicto M(ithrae) numini sancto</i>	<i>L. Vander(ius?)</i>	
S. Miguel da Mota (Lusitania)	<i>Endovellico</i>	<i>Sex. Cocceius Craterus Honorinus</i>	<i>eques Romanus</i>

Trata-se de uma amostra manifestamente diversificada do ponto de vista geográfico, mas preferencialmente respeitante ao mundo romano ocidental, circunstância que decorre de uma condicionante linguístico-cultural. É que estamos a lidar com termos latinos, necessariamente menos representados numa vasta região em que predominava a língua grega. Mas poderá deduzir-se deste conjunto que o elo de ligação entre a maioria destas dedicatórias divinas se encontra na origem das próprias entidades nelas representadas. Nota-se uma clara presença de teónimos com vínculos culturais ao mundo oriental, de forma mais ou menos evidente, por vezes em contexto de claro sincretismo.

Um dos casos mais sugestivos é o da dedicatória a *Core*, equivalente de Perséfone / Prosérpina, mas escassamente representada nessa forma, mas atestada, por exemplo, em âmbito hispânico, num interessante e excepcional documento epigráfico originário de Astorga. Aí se associam a divindades mistericas (*Isis, Serapis*), mas também *Apollo Granus* e *Mars Sagatus*, numa

manifestação de tendências sincréticas que marcam especialmente o que se designa como “cultos orientais”.

Já o antigo estudo de A. D. Nock (1925) sobre fórmulas votivas como *iussu, imperio, ex imperio, ex praecepto* (e, no caso vertente, a original *ex imperato averno*), bem como as suas correspondentes gregas, tinha posto em evidência, para além naturalmente da sua relação com oráculos, a frequente ligação com o âmbito a que pertencem as “divindades orientais”, na sua qualidade de reguladoras e soberanas em relação às pessoas²⁰. Não é sem razão que o superlativo *praestantissimus* se usa tipicamente em contexto epigráfico para qualificar o *patronus*. Encontrando-se numa elevada posição social e política que lhe conferem um poder especial, podem manifestar essas suas qualidades na missão de auxiliar os seus dependentes. Trata-se, ao fim ao cabo, de exercer a sua função tutelar²¹, muito própria das entidades superiores, como a que compete também aos *deus sanctus Endovellicus*.

Enfim, o conjunto sagrado de S. Miguel da Mota e os elementos que caracterizam Endovélico e o seu culto atestam bem uma profunda transformação desta região da Lusitânia. Se os vestígios epigráficos e escultóricos já permitem caracterizar o ambiente social e cultural, ainda nos falta perceber o verdadeiro impacto que o próprio santuário teria na paisagem. A missão da arqueologia parece bem difícil neste caso.

Bibliografia

- C. Búa (2000), *Estudio lingüístico de la teonimia lusitano-gallega*. Salamanca (dissertação de doutoramento).
- A. Carneiro, J. d'Encarnação, J. de Oliveira, C. Teixeira (2008), “Uma inscrição votiva em língua lusitana (Arronches, Portalegre)”, *Palaeohispanica* 7 167-178.
- P. C. Carvalho (2003), “O templo romano de Nossa Senhora das Cabeças (Orjais, Covilhã) e a sua integração num território rural”, *Conimbriga* 42 153-182.
- P. C. Carvalho (2007), *Cova da Beira: Ocupação e exploração do território na época romana*. Fundão / Coimbra.
- L. A. Curchin (1991), *Roman Spain: Conquest and Assimilation*. London, Routledge.
- M. M. A. Dias, L. Coelho, L. (1995-97), “Endovélico; caracterização social da romanidade dos cultuantes do seu santuário (S. Miguel da Mota, Terena, Alandroal)”, *O Arqueólogo Português*, série IV, 13/15 233-265.
- J. d'Encarnação (1984), *Inscrições romanas do conventus Pacensis*. Coimbra (=IRCP).
- J. M. Garcia (1991), *Religiões antigas de Portugal*. Lisboa.
- L. J. R. Gonçalves (2007), *Escultura romana em Portugal: uma arte do quotidiano*. Mérida.
- A. Guerra, Th. Schattner, C. Fabião, R. Almeida (2003), “Novas investigações no

²⁰ A. D. Nock 1925 97.

²¹ J. C. Ribeiro 2002 85.

- santuário de Endovélico (S. Miguel da Mota, Alandroal): a campanha de 2002”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 6.2 415-479.
- A. Guerra (2008), “La documentation épigraphique sur *Endouellicus* et les nouvelles recherches dans son sanctuaire à S. Miguel da Mota”, in R. Haeussler, A. C. King, eds., *Continuity and Innovation in Religion in the Roman West*, vol. 2. Portsmouth, Rhode Island, 159-167.
- S. Lambrino (1951), “Le dieu lusitanien Endovellicus”, *BOPor*, nouvelle série, 15 93-147.
- V. G. Mantas (2008), *Epigrafia romana de Coruche*. Coruche.
- A. D. Nock (1925), “Studies in the Graeco-Roman beliefs of the empire”, *JHS* 45.1 84-101.
- T. Nogales, L. J. Gonçalves (2005), “Imagens e mensagens: as esculturas do Museu de Évora como testemunho da romanização”, in J. O. Caetano, T. Nogales, coord., *Imagens e mensagens: Escultura romana do Museu de Évora*. Évora, 33-40.
- B. Prósper (2002), *Lenguas y religiones prerromanas del Occidente de la Península Ibérica*. Salamanca.
- A. de Resende (1593), *Libri quatuor de antiquitatibus Lusitaniae*. Évora.
- J. C. Ribeiro (2002), “Endovellicus”, in J. C. Ribeiro, *Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa*. Lisboa, 79-90.
- Th. G. Schattner (1995-97), “A igreja de Sant’Ana do Campo: observações num templo romano invulgar”, *O Arqueólogo Português*, 4ª Série, 13 485-558.
- Th. G. Schattner, J. Suárez Otero, M. Koch (2004), “Monte do Facho, Donón (O Hío / prov. Pontevedra) 2003. Informe sobre las excavaciones en el santuario de Berobreo”, *AEArq.* 77 23-72.
- Th. G. Schattner; J. Suárez Otero; M. Koch (2006), “Monte do Facho (O Hío, prov. Pontevedra) 2004. Informe sobre las excavaciones en el santuario de Berobreo”, *Palaeohispanica* 6 183-223.
- C. T. da Silva, J. Soares, C. de M. Beirão, L. F. Dias, A. Soares (1980-81), “Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979)”, *Setúbal Arqueológica* 6-7 149-218.
- V. de Souza (1990), *Corpus signorum imperii Romani: Portugal*. Coimbra.
- J. L. de Vasconcelos (1905), *Religiões da Lusitânia na parte que principalmente se refere a Portugal*, 2.º vol. Lisboa.